

As seguintes obras são citadas nas notas da tradução apenas pelo sobrenome dos autores:

Neumann: K. J. Neumann, *Juliani Imperatoris Librorum Contra Christianos Quae Supersunt* (edição) e *Kaiser Julians Bücher Gegen Die Christen* (tradução), Leipzig, Teubner, 1880.

Blanco e Gazapo: J. G. Blanco y P. J. Gazapo, *Juliano, Contra los Galileos, Cartas y Fragmentos, Testimonios, Leyes* (tradução, com introduções e notas), Madrid, Gredos, 2001.

Wright: W. C. Wright, *The Works of the Emperor Julian* (edição do texto de Neumann com algumas alterações e tradução), volume III, London, Heinemann, 1923.

Hoffmann: R. J. Hoffmann, *Julian's Against the Galileans* (tradução e estudo introdutório), New York, Prometheus Books, 2004.

Nossa tradução segue o texto da edição de Neumann, embora quase sempre acolha as alterações apresentadas pela de Wright.

José Baracat Jr.

## Juliano: uma nota biográfica

Gabriel Gabbardo

Juliano, dito *o Apóstata*, foi um imperador romano que teve um reinado extremamente curto. Tornou-se soberano incontestado do Império a três de novembro de 361, morrendo a 26 de junho de 363, com 33 anos; reinou, portanto, por apenas dezoito meses.

Ainda assim, tal indivíduo alimentou, como poucos governantes da época romana o fizeram, a imaginação da posteridade. Juliano aparece nos ambientes mais curiosos: como personagem de lendas siríacas do século VII; como tema de uma tragédia apresentada em Florença durante o governo de Lourenço, o Magnífico, (século XV); em uma tragédia de Henrik Ibsen; em diversos poemas de Konstantinos Kaváfis; em um romance histórico de Gore Vidal.

O motivo é claro: figura fascinante, Juliano encarnou todas as contradições de uma sociedade inteira. Soldado aplicado, encontrava tempo para ler Platão e Homero na calada da noite; o homem mais rico do Império, mas que sempre dormia nas condições mais precárias que pudesse suportar; general competente, com inúmeras vitórias no currículo, acabaria por levar o seu exército a uma *débâcle* militar significativa; tinha como modelos de sua *basiléia* Alexandre – o conquistador – e Marco Aurélio – o filósofo. Mais importante do que tudo isso, contudo: era um soberano que tentara efetuar uma ambiciosa reforma religiosa, na qual as antigas formas de culto – as quais podemos definir, de maneira flexível, como “pagãs” – seriam restauradas, em contraposição à religião cristã propagada e privilegiada pelo homem que era seu (meio) tio, Constantino.

### Constâncio I e suas duas mulheres

A sina de Juliano começou a ser tecida graças ao imperador Diocleciano. Sob Diocleciano (284-305), o Império Romano superou a “crise do século III (235-284)”, um período de instabilidade governamental que quase destruiu

todo o aparato estatal imperial. Foi um período de invasões estrangeiras, completa confusão econômica e de crônicas guerras civis, resultado da falta de lealdade de certas unidades do exército imperial para com um soberano por vezes muito, muito distante destas – solo fértil para o surgimento de usurpadores.

O sistema proposto por Diocleciano para solucionar o último problema era a tetrarquia: nada menos do que *quatro* imperadores reinariam simultaneamente sobre o Império, sendo dois Augustos (mais importantes) e dois Césares (vice-reis dos dois Augustos). A lealdade dos Césares seria assegurada graças a seus casamentos com as filhas dos Augustos.

Constâncio Cloro, um dos Césares, já era casado (com uma mulher de baixa posição social, Helena), e tinha um filho, Constantino. Foi forçado a repudiar sua antiga esposa, e casou-se com Teodora, filha do Augusto Maximiliano. Do seu novo casamento, nasceu Júlio Constâncio, o pai do futuro imperador Juliano.

A tetrarquia não sobreviveu a Diocleciano; após sua renúncia, em 305, seguiram-se duas décadas de amplos conflitos civis no Império (em certo momento da disputa, havia *seis* imperadores mutuamente hostis no território romano), que acabaram com o domínio inconteste de Constantino, a partir de 324. Por algum tempo, a desconfiança de Constantino frente aos descendentes de Teodora fez com que Júlio Constâncio permanecesse sob verdadeira prisão domiciliar, mas a vitória sobre seus inimigos arrefeceu a cautela do imperador. A prole de Teodora recuperou sua liberdade, e passou até a possuir certas prerrogativas imperiais. O irmão de Júlio Constâncio, ao que parece, deliciou-se com tais possibilidades; mas este, uma pessoa tímida, satisfez-se em permanecer em Constantinopla (a “nova Roma” fundada por Constantino), onde seguiu os passos do pai, casando-se duas vezes e tendo três filhos: Galo, um varão cujo nome sequer conhecemos (da primeira esposa) e o futuro imperador Juliano, nascido em 332.

Não há espaço, aqui, para enumerar as realizações de Constantino; importa, apenas, apontar a grande revolução político-cultural iniciada por ele – qual seja, a sua conversão ao cristianismo em 312 e a progressiva instauração de privilégios dados a tal religião pelo poder imperial – e seu grande fracasso – o primeiro imperador cristão, com três filhos legítimos e uma numerosa “meia-família”, não parece ter planejado a sua sucessão, uma imprudência, tendo em vista que, na hora de sua morte, havia nada menos do que dez indivíduos com algum grau de parentesco com ele<sup>1</sup>. Quando Constantino morreu, em 337, o exército proclamou que não seguiria ninguém, a não ser os filhos do recém-falecido imperador. Seguiu-se um violento massacre, no qual todos os descendentes de Teodora foram massacrados. As únicas exceções foram Juliano e Galo; o primeiro foi poupado pela sua juventude (tinha apenas seis anos na época), enquanto o segundo sobreviveu graças a uma grave moléstia da qual padecia, moléstia, no final, à qual Galo acabou devendo sua vida: os carrascos do exército preferiram deixar a doença seguir seu curso esperado, em vez de executar o rapaz, que, para surpresa geral, acabou curando-se de sua enfermidade.

O papel de Constâncio II – o filho do meio de Constantino – em tal conspiração é, no mínimo, suspeito. Juliano, posteriormente, o culpou pelo massacre, uma certeza que, embora não sejamos obrigados a compartilhar, é muito difícil de ignorar. De qualquer maneira, é evidente que Juliano passou a odiar Constâncio II a partir dessa data. O filho de Júlio Constâncio foi convenientemente escondido de olhares públicos e passou a residir em Nicomédia, onde seria apropriadamente doutrinado na religião cristã.

Os professores de Juliano sobre o tema do cristianismo (Eusébio de Nicomédia e, posteriormente, Jorge da Capadócia) não causaram muito impacto nele, parecendo mesmo insípidos sob o olhar de um homem que mostrava ser dono de uma considerável inteligência. O grande mestre de Juliano nessa época não foi o bispo Eusébio, mas sim o eunuco Mardônio, que introduzia seu pupilo à tradição cultural do helenismo:

“Quando eu era um menino [Juliano diria mais tarde], meu tutor [Mardônio] freqüentemente dizia para mim: ‘Nunca permitas que a multidão de teus colegas que freqüentam os teatros te leve a cometer o engano de desejar assistir a espetáculos tais como esses. Tens desejo de assistir a uma corrida de cavalos? Há uma em Homero, muito inteligentemente descrita; pega o livro e o lê. Tu os escutas falando sobre pantomima? Deixa-os estar! Entre os Feácios, os jovens dançam de forma mais viril. E para a música [da lira] tu tens Fêmio, para a canção, Demódoco...[Fêmio e Demódoco são personagens da *Odisséia*.]”

Juliano apaixonou-se profundamente por essa tradição, que tinha uma complexa relação com o cristianismo. O jovem rapaz concluiu que tal complexidade derivava da inerente contradição entre helenismo e cristianismo – o segundo subvertia e corrompia o primeiro, desfazendo todas as glórias da própria civilização. Embora tivesse sido batizado, é certo que Juliano jamais foi um “verdadeiro” cristão. Uma anedota de uma época posterior afirma que Juliano e Galo, certa feita, construíram uma pequena capela, cada um, com suas próprias mãos. A capela de Galo permaneceu firme e forte, enquanto a de Juliano logo desabou. A afinada mente deste não estava concentrada, podemos imaginar, em tal tarefa, mas sim na contemplação do Sol, ou melhor, de Hélios/Apolo/Mitra, tema de um sofisticado hino de sua autoria, escrito quando já era imperador. Para todos os fins, Juliano não era mais um cristão, mas sim um pagão, embora, por prudência, manteve a *persona* de cristão fiel até assumir o poder inconteste do Império.

O ódio de Juliano direcionado a seu alçoz foi, e continuou sendo, ignorado, sendo retribuído apenas por uma desconfiança que era característica permanente de Constâncio II<sup>2</sup>. Tal desconfiança fez com que Juliano fosse retirado de Nicomédia quando tinha treze anos e colocado em verdadeira prisão domiciliar em Macellum (localidade da Turquia atual), juntamente com seu meio-irmão

Galo – a primeira vez que estes se encontravam, desde o massacre de 337. O encontro não deve ter sido proveitoso: Juliano, com treze anos, já demonstrava a sua inclinação para explorações intelectuais (Macellum, embora isolada, continha a extensa biblioteca de Jorge da Capadócia, o herdeiro das funções de Eusébio de Nicomédia), que entediavam Galo. Este, com seus vinte anos, já devia mostrar que possuía uma personalidade extremamente brutal e celerada.

Uma personalidade que o Império Romano logo teria a oportunidade de observar em seu César. Os filhos de Constantino tinham repartido o Império como Augustos, mas desconfianças mútuas reinavam entre eles, desconfianças que levaram a um breve conflito civil entre Constantino II e Constante, no qual o primeiro perdeu sua vida (em 340). Constante, apesar de ser o mestre supremo das regiões ocidentais romanas, não possuía o respeito do exército, e um golpe palaciano acabou por executá-lo e elevar Magnêncio ao poder imperial. Constâncio II se viu obrigado a realizar uma guerra entre duas frentes: contra os persas e contra o usurpador ocidental. Para livrar as suas mãos e poder cuidar adequadamente de Magnêncio, Galo foi chamado de Macellum e feito César (a desconfiança de Constâncio II não permitiria fazê-lo um Augusto, potencialmente um Augusto rival), enquanto Juliano foi libertado de seu confinamento (351).

Juliano era livre, mas não totalmente: ele não podia, sob hipótese alguma, assumir qualquer papel político e não poderia abandonar de vez o seu pretense cristianismo. Disposto a preencher as lacunas educacionais – e religiosas – que seis anos isolado lhe deixaram, Juliano viajou muito pelo Império, encontrando-se com o filósofo neoplatônico Máximo, em Nicomédia, que provavelmente o iniciou em mistérios pagãos (Máximo era considerado um charlatão tanto por cristãos quanto por pagãos), e estudando em Nicomédia e Constantinopla. O ponto culminante das viagens de Juliano seria uma temporada de estudos em Atenas, nessa época não mais uma potência política, mas certamente a maior “cidade universitária” do mundo romano, centro, por excelência, da tradição filosófica helênica.

Mas esta temporada só aconteceria depois de Juliano correr perigo mortal, e seria tanto um prazer quanto uma obrigação para ele. Um César competente já teria perdido muito de sua utilidade para Constâncio II depois da captura e execução de Magnêncio (353), mas Galo não apenas era incompetente, mas também brutal e irresponsável: sua estadia em Antióquia (maior cidade do leste romano) culminou em um espetacular episódio no qual Galo incitou o linchamento do governador da Síria e de um dos cidadãos mais proeminentes da cidade. Vendo que seu César afastava-se de suas prerrogativas, Constâncio mandou o prefeito pretoriano<sup>3</sup> monitorar as atividades de Galo. Em pouco tempo o prefeito pretoriano foi esarteado pelas tropas da cidade, novamente sob a incitação do César.

Constâncio passou a planejar ativamente a queda de Galo, retirando, aos poucos, a base de seu poder militar, fazendo pequenas transferências de tropas para o oeste, uma estratégia muito inteligente: quando convidou seu subordinado para uma conferência – quando, na prática, estipulou o lugar onde Galo seria executado por alta traição –, este não possuía nenhuma base de poder para se rebelar contra seu outrora benfeitor. Galo teve que aquiescer, sendo executado em 354, em Pola, uma cidade da atual Croácia.

Juliano não escapou das suspeitas de Constâncio. Convocado a Milão, onde o imperador então residia (embora não o tenha visto, tendo sido interrogado por subalternos), sua vida ficou por um fio. Duas acusações pesavam contra ele: a de ter abandonado Macellum de forma ilegal e a de ter se encontrado com Galo quando este esteve em Constantinopla, no caminho de sua execução. Sob estas intimações, pesava mais uma, não mencionada, mas a mais significativa de todas: a de ter conspirado, em algum momento, contra o seu soberano. É seguro dizer que quase todo a *entourage* imperial desejava muito o fim de Juliano, e que ela incentivava a desconfiança de Constâncio; esta só foi sustada pela influência da esposa do imperador, Eusébia, uma mulher inteligente e capaz, que se afeiçoara por Juliano (a recíproca era verdadeira, como não poderia deixar de ser: em última análise, Juliano devia a vida à esposa do assassino de seu pai). Contudo, o jovem rapaz não escaparia com sua liberdade intacta, e seria enviado para um lugar no qual ele não poderia, de forma alguma, exercer alguma influência política sobre o exército, ou seja: Atenas. Novamente, pode-se ver o dedo de Eusébia na escolha do lugar de exílio de Juliano, que perderia a liberdade, mas que viveria em uma jaula de ouro – na verdade, a jaula de sua escolha.

### Juliano César

Da numerosa prole de Constâncio I, só sobreviviam Juliano e Constâncio II. Este não teve um herdeiro. Os problemas militares enfrentados pelo Império se avolumavam. O Império Persa ameaçava assustadoramente as províncias do leste romano, necessitando urgentemente da presença pessoal do imperador. Contudo, a Gália também passava por distúrbios bastante graves: palco de uma usurpação bem-sucedida, uma guerra civil violenta<sup>4</sup> e, logo em seguida, de mais uma usurpação, desta vez mal-sucedida (a do general Silvano, indivíduo leal levado ao desespero pela paranóia assassina de seu soberano), tal província era um alvo fácil para os bárbaros d'além-Reno, os francos e os alamanos. Ademais, para desestabilizar o seu algoz, Constâncio incitou tais povos a atacar Magnêncio. Este foi destruído, mas francos e alamanos continuaram as suas jornadas de saques.

A política necessária era óbvia: um imperador deveria pacificar a Gália. Os laços de sangue obrigavam que esse imperador fosse Juliano, e novamente a personalidade paranóica de Constâncio obrigava que esse imperador fosse

apenas um César. Para Constâncio II, Juliano devia parecer o candidato perfeito; sendo aquilo que chamaríamos de “rato de biblioteca”, o novo imperador seria obrigado a obedecer às ordens de militares profissionais leais a seu superior e, com toda a certeza, não obteria a lealdade da baixa soldadesca, não apenas por causa de seus trejeitos esquisitos, mas também pela inevitável incompetência bélica de um general neófito. A própria instabilidade da província impediria, por si só, que Juliano angariasse apoio entre a população civil. Por fim, como intelectual que era, o novo César dificilmente teria uma ambição por um poder maior que lhe seria agora conferido. Todas estas previsões mostraram-se falsas.

Arrancado de seu exílio dourado em Atenas, sem sequer saber por que teria sido chamado, Juliano encontrou-se, pela primeira vez, com Constâncio II. Podemos imaginar os sentimentos conflitantes de Juliano, ao saber que ele seria não punido, mas sim elevado à posição de César. Durante a sua cerimônia de coroação (seis de novembro de 355), pela primeira vez em sua vida, ele foi o centro de atenção – e adoração – de soldados. Tal sentimento foi agradabilíssimo para ele – esta ocasião demonstrava o favor dos deuses para com seu escolhido –, mas, ao menos nesse momento, foi logo sobrepujado pela desagradável realidade de que ele era apenas um fantoche de Constâncio, que não teria jurisdição nem militar, nem civil, ao menos em teoria. Juliano dirigiu-se para a Gália, casado com a irmã de Constâncio, Helena, uma relação completamente distante; Juliano, oponentes e aliados posteriormente concordavam, se sentia totalmente repellido pelos prazeres da carne. Quando um filho deles nasceu natimorto, e quando Helena morreu (em 360), Juliano não esboçou nenhuma reação.

Na prática, Juliano mostrou ser um general corajoso e hábil, capaz de tomar para si o comando de suas tropas e de se atirar ao combate com galhardia e coragem, o que o fez muito popular entre suas tropas; mais popular ainda foi a sua atitude de compartilhar com elas as dificuldades existentes nas campanhas, uma atitude ascética baseada no seu estudo de filosofia, dormindo nos mesmos alojamentos e comendo a mesma (parca) ração de suas tropas. Os trejeitos algo esquisitos de seu comandante eram, para os soldados, não tema de bazófia, mas de afeição. A lealdade das tropas era de Juliano, não de Constâncio.

Foi com essas forças que, de 355 a 359, Juliano efetuou uma série de campanhas brilhantes, cujo ponto máximo foi a batalha de Estrasburgo (357), na qual 243 romanos (de 13.000) morreram contra mais de 6.000 alamanos (de uma força de cerca de 30.000), a mais importante vitória de um exército romano contra um exército germânico do século IV, e na qual a liderança de Juliano desempenhou um papel absolutamente decisivo. Paralelamente a tais empreendimentos, Juliano efetuou uma reorganização administrativa dos impostos da província, graças a qual angariou o total apoio da população das classes subalternas de lá. Pode-se afirmar, grosso modo, que Juliano foi um dos poucos imperadores romanos que baixou impostos.

## Juliano Augusto

Tais sucessos despertavam o ódio feroz do *establishment* da corte de Constâncio – a supertaxação das províncias, afinal, enriquecia, de forma escusa, muitos membros desta –, e a natural desconfiança deste, para não falar do ressentimento de Juliano, que enfrentava dificuldades impostas pelo seu cargo inferior a todo momento. Ademais, enquanto a folha de serviços militares de Juliano era uma seqüência quase ininterrupta de vitórias, a de Constâncio era o seu oposto exato, dado que o Augusto sofreu uma série de derrotas humilhantes contra a Pérsia.

A relação entre o Augusto e seu César rapidamente desgastava-se. Os aliados de Juliano na administração da Gália eram removidos de seus postos, para serem substituídos por indivíduos corruptos e incapazes; a única qualidade deles era a lealdade total para Constâncio, que os levava a chegar muito perto de aberta sabotagem contra Juliano.

O ponto de ruptura ocorreu graças às invasões persas. Constâncio ordenou que diversas tropas de Juliano fossem transferidas para o *front* oriental. Tal política, por mais que pudesse ser justificada pela necessidade, era uma ameaça para o jovem César: a memória da forma com que Galo foi executado, ao que tudo indica, era presente. Os próprios soldados sentiam-se mais leais a Juliano do que a Constâncio. A consequência inevitável destes fatores foi que, no começo de 360, Juliano foi proclamado Augusto por suas tropas, à revelia de Constâncio.

Sob a ótica deste, o ato era uma rebelião aberta. Seguiu-se um período de fracassadas negociações e de concentração de tropas, depois do qual os dois imperadores romperam relações e partiram para o conflito armado. Juliano provavelmente temeu por sua vida, tendo em vista a notória habilidade de Constâncio em guerras civis, mas a sorte estava do seu lado: enquanto os dois exércitos mobilizavam-se, o filho de Constantino ficou providencialmente doente, falecendo pouco depois. No leito de morte, diz-se depois, ele concedeu a Juliano o título de Augusto. Seja tal história verdade, ou parte de uma política de propaganda dos partidários de Juliano, o fato é que este se tornou o único e legítimo soberano do Império Romano em 361.

## Juliano e os cristãos

O Império Romano do século IV era uma sociedade bem diferente daquela do século I ou II. Muitos já consideravam que aquela era uma época de decadência e dificuldades, contraposta aos bons e velhos tempos dos imperadores antoninos de duzentos anos atrás – certamente, não Diocleciano e Constantino, que, sem sombra de dúvida, imaginavam ter restaurado definitivamente a ordem romana). Diversas causas eram buscadas para tal declínio – um panfleto anônimo do séc. IV colocava a culpa das dificuldades do Império na ganância da burocracia imperial –, mas para Juliano, não havia dúvida de quem era o verdadeiro culpado pelos problemas do Império: o cristianismo, que corrompia a

civilização clássica de uma forma pérfida, uma perfídia ainda maior quando este verdadeiro câncer espalhava-se entre os membros da elite letrada imperial.

Assim que entrou em conflito com Constâncio, Juliano abandonou a máscara de piedade cristã e assumiu-se como pagão. O fato de que o imperador não fosse cristão cansou ansiedade em certos círculos: haveria um retorno às perseguições religiosas de outros tempos? Juliano, contudo, conhecia o cristianismo a fundo: sabia que os perseguidos de hoje eram os mártires de amanhã, portanto não elaborou um programa de perseguição. O que ele proclamou, pelo contrário, foi um edito de tolerância para com todas as religiões dentro do Império, ao mesmo tempo em que suprimia as benesses recebidas pela Igreja.

Esse edito de tolerância não fora concebido simplesmente pela bondade do coração do monarca. O que Juliano desejava era que, em um “livre mercado” religioso, marcado pelos sangrentos conflitos entre sectários cristãos, a superioridade moral de um paganismo, um paganismo reformado, isolasse os fervorosos aderentes da nova religião, fazendo com que a massa da população voltasse aos bons e velhos costumes de antigamente. Juliano não conseguiu efetuar tal reforma, mas pode-se ver pelas suas missivas que, entre outras coisas, ele desejava instaurar um “clero pagão”.

A guerra de propaganda contra os cristãos também incluiu a tentativa de reconstrução do Templo de Jerusalém, que acabou sendo interrompida por causa de um terremoto, seguido de incêndio – como a leitura do *Contra os Galileus* permite perceber, Juliano tinha um preconceito muito romano frente aos judeus, mas a restauração do Templo demonstraria a falsidade de certos trechos do Novo Testamento (*Mateus* 24, 2; *Marcos* 13, 2; e *Lucas* 21, 6) e, portanto, da religião cristã (como a reconstrução acabou sendo um fracasso constrangedor, os autores cristãos consideraram que o julgamento de Deus havia se manifestado, impedindo tal projeto de Juliano).

Mais importante foi a sua política de educação. Juliano proclamou que os professores, fossem eles educadores de crianças ou os mais rebuscados estudiosos de retórica, não poderiam ter crenças privadas opostas àquelas que eles ensinavam publicamente. O efeito dessa política era perverso para os cristãos educados: todo o aparato intelectual de um *gentleman* romano baseava-se no estudo minucioso de autores pagãos, a começar por Homero. Um indivíduo cristão poderia considerar as histórias dos amores de Zeus ou das viagens de Odisseu como ilusões e fantasias, muito provavelmente de inspiração diabólica, mas não poderia abandonar a *Ilíada* e a *Odisséia*, sob pena de, justamente, perder sua posição social. Aos protestos de homens que viam a sua condição social ser atacada de tal forma, Juliano respondeu, de maneira irônica, que estes estavam livres para ensinar Mateus e Lucas nos púlpitos das igrejas. O resultado desta política, caso esta conseguisse ser implementada de forma adequada, seria que

o cristianismo se tornaria uma religião cujos membros seriam exclusivamente das classes menos educadas do Império – classes que pouco interessavam ou diziam respeito a Juliano, como típico filósofo neoplatônico que era.

### Invasão da Pérsia e morte

Embora as questões de cunho religioso são as que mais se destacam no curto reinado de Juliano, cabe dizer que ele também pretendia realizar ambiciosas reformas financeiras, que objetivavam restaurar a (sonhada?) saúde administrativa do Império do século II. Em uma frase, ele desejava por a termo o embrião de reforma que ele efetuara na Gália, desta vez em âmbito imperial. Seguiu-se um imenso corte de pessoal e despesas na burocracia imperial, que certamente não cativara Juliano para os novos desempregados, recém-saídos do fausto da corte imperial.

Contudo, se os assuntos de política interna eram muitos e complicados, um imenso problema de política externa se erguia: o poderio do Império Persa. Juliano imaginava que uma vitória decisiva sobre os persas não apenas traria grande prestígio a seu nome, como também contribuiria, em muito, para a sua habilidade de implementar adequadamente as reformas que planejava, e que se mostravam muito impopulares. Para tanto, saiu de Constantinopla e dirigiu-se a Antióquia. Após um período bastante complicado na cidade, durante o qual teve que suportar as tensões sociais provocadas por uma situação de escassez, Juliano invadiu a Pérsia, naquele que seria o maior empreendimento militar de um imperador romano do século IV<sup>5</sup>.

Um empreendimento que acabou com sua morte. Não cabe, aqui, expor detalhadamente a campanha persa de Juliano, mas, após sucessos iniciais, seu exército teve que se defrontar com o fato inelutável de que o Império Persa era um Estado com amplos recursos à sua mão, que dificilmente entraria em colapso após alguns reveses. Após equívocos estratégicos consideráveis da parte de Juliano, a força de invasão teve que recuar, e, acuado, o soberano romano morreu durante a retirada (sob quais circunstâncias, não sabemos ao certo: morreu em combate? Assassinado? Se sim, assassinado por quem?), saindo do campo da história, sob cuja égide não prosperou, para entrar no campo do mito, onde a sua personalidade fascinaria aliados e inimigos, para o bem e para o mal, por séculos a vir.

### Fontes para o estudo de Juliano

O estudioso do reinado de Juliano tem uma sorte rara dentro do campo da História Antiga: uma abundância de fontes que permite não apenas um conhecimento aprofundado deste soberano, como também um amplo leque de visões acerca do mesmo. Não apenas cristãos e pagãos desenvolveram visões contrastantes da vida de Juliano, mas suas obras, em larga parte, sobreviveram às agruras do tempo, o que nos permite a elaboração de um texto como este. Faremos, agora, uma pequena descrição dessas fontes.

Possuímos uma quantidade significativa de obras escritas pelo próprio Juliano. Para além do *Contra os Galileus*, temos várias cartas de seu punho, de caráter tanto público quanto privado; há ainda duas sátiras: o *Césares* e o *Misopogon*; três panegíricos: dois homenageando Constâncio II – o leitor atento já suspeitará da insinceridade destes elogios, e estará certo – e outro, Eusébia; e quatro orações de caráter religioso: um hino em homenagem a Hélios, outro honrando a Mãe dos Deuses, e duas admoestações contra os cínicos.

Aos escritos do imperador, podemos acrescentar os escritos de Amiano Marcelino, Gregório Nazianzeno e Libânio. Amiano Marcelino escreveu uma obra, a *Res Gestae*, em trinta e um livros, dos quais os primeiros treze desapareceram: o texto que possuímos trata, exaustivamente, dos anos de 353 a 378, o que permite estabelecer, com precisão, os eventos políticos do reinado de Juliano, bem como elaborar uma cronologia precisa de suas campanhas na Gália e na Pérsia. Apenas por tais dados, ficar-se-ia agradecido para com Amiano, mas este é um dos maiores historiadores da Antiguidade, um pagão capaz de criticar Juliano e de elogiar cristãos, um observador perceptivo e um escritor de grandes dons literários.

Além do vital relato de Amiano, devem-se destacar também dois autores fortemente influenciados (para o bem e para o mal) pela política religiosa de Juliano. Do lado cristão, temos Gregório Nazianzeno, um dos mais importantes Padres da Igreja. Autor de vasta obra teológico-hermenêutica (Gregório instaurou a discussão exegética em torno da figura do Espírito Santo), conheceu Juliano pessoalmente em Atenas, e se opôs diretamente à tentativa de restauração pagã deste. Ao receber a notícia do falecimento do imperador, Gregório escreveu duas orações vilipendiando sua memória (normalmente estudadas em conjunto sob a designação *Contra Juliano*). Tais orações fornecem, deixando de lado o franco ódio que permeia estes escritos, importantes dados sobre a vida do soberano morto.

Do lado pagão, conta-se com Libânio de Antióquia, provavelmente o maior sofista e retórico do século IV. Por toda a sua vida, este indivíduo digladiou-se com o que considerava como o franco colapso da civilização helênica, incentivado (e, em última análise, causado) pela ascensão do cristianismo. Pode-se imaginar a satisfação e o entusiasmo que Libânio dirigiu para o governo e a pessoa de Juliano; pode-se imaginar, igualmente, o desespero de Libânio ao descobrir que seu soberano morrera em combate. Além das orações dirigidas ao imperador pagão quando este estava vivo, quando da estadia deste em Antioquia, Libânio escreveu um lamento por Juliano, que se configura numa verdadeira biografia. Tal lamento complementa os relatos de Amiano e Gregório Nazianzeno.

Uma fonte relevante vem sendo resgatada pelos últimos estudiosos da figura de Juliano: trata-se de Efraim de Nisíbis, diácono e poeta siríaco. Autor de nada menos do que três milhões de versos, teve que se exilar de sua terra natal, entregue aos persas depois da catástrofe da expedição persa de Juliano. Como é de se imaginar, Efraim destinou duras palavras a tal governante, escrevendo quatro hinos que vilipendiam Juliano.

Tais são as fontes mais importantes para a biografia de Juliano. Mas, se não bastasse, podemos contar ainda com as histórias eclesiásticas de Sócrates de Constantinopla, Sozômeno e Teodoreto de Ciro, escritas no século V, que permitem visualizar conseqüências reais, imaginárias ou inventadas da política religiosa de Juliano, bem como o trabalho de Zósimo, autor pagão do início do século VI. Zósimo é um péssimo historiador, mas podem-se colher dados que complementam o relato das guerras de Juliano feito por Amiano Marcelino ao comparar as obras destes dois autores.

### Edições modernas das obras mencionadas no texto:

- Amiano Marcelino, *Res Gestae*. Tradução de John C. Rolfe, 3 vols. Cambridge/London: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 2000.
- Efraim de Nisíbis, *Contra Juliano*, in Lieu, Samuel (ed.): *The Emperor Julian: Panegyric and Polemic*. Liverpool: Liverpool University Press, 1986.
- Gregório Nazianzeno, *Orações 4-5: Contra Juliano*. Tradução de Jean Bernardi. Paris: Édition du Cerf, 1983.
- Juliano, *Obras*. Tradução de Wilmer Wright. Cambridge/London: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 2002.
- Libânio, *Orações Seleccionadas*, vol. 1. Tradução de A.F. Norman. Cambridge/London: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1987.
- Sócrates Escolástico, *História Eclesiástica*. Tradução de Pierre Périchon e Pierre Maraval. Paris: Éditions du Cerf, 2005.
- Sozômeno, *História Eclesiástica*. Tradução de André-Jean Festugière e Bernard Grillet. Paris: Éditions du Cerf, 2005.
- Teodoreto de Ciro, *História Eclesiástica*. Tradução de Pierre Canivet. Paris: Les Belles Lettres, 2006.
- Zósimo, *História Nova*. Tradução de François Paschoud. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

### Notas:

<sup>1</sup> Constantino II, Constâncio II e Constante, seus três filhos – Constantino não se destacou pela criatividade ao batizar seus filhos, o que causaria mais de um momento de confusão na história dos estudos sobre essa época –, Júlio Constâncio e seus filhos – Juliano, Galo e o desconhecido – e o irmão de Júlio Constâncio, Dalmácio, bem como seus dois filhos, Dalmácio e Hanibalano. A

dinastia de Constantino, a família dos Flávios-Cláudios, manteve a tradição imperial romana de árvores genealógicas complexas, como se vê.

<sup>2</sup> Um pequeno parêntese sobre Constâncio II. Por muito tempo, considerou-se – seguindo a história de Amiano Marcelino, autor do século IV – que Constâncio II era uma personagem loucamente paranóica e desconfiada. Uma visão um pouco mais benigna para tal imperador diria que ele era *prudentemente* paranóico e desconfiado: ele viu seu pai, Constantino, matar seu meio-irmão Crispo em 326, para, arrependido, logo em seguida executar a mandante do crime – a mãe de Constâncio II, Faustina; quaisquer que sejam os nossos julgamentos morais frente ao massacre dos descendentes de Teodora, o fato é que eles encarnavam uma alternativa muito significativa e real para o governo dos filhos de Constantino, uma alternativa que, bem-sucedida, só poderia acabar com a morte deles; ele viu seus dois irmãos morrerem brutalmente, um pela mão do outro; este outro seria, por sua vez, assassinado por um usurpador. Ambos os Césares que ele elevou acabaram por se mostrar desleais. A coroação de tal história é que, após todas estas idas e vindas potencialmente fatais, Constâncio II foi um dos únicos Flávio-Cláudios que morreram de causas naturais.

<sup>3</sup> No século IV, o prefeito pretoriano era o mais alto cargo administrativo que um civil poderia almejar.

<sup>4</sup> Não possuímos dados muito claros acerca da batalha de Mursa, que contrapôs os exércitos de Magnêncio aos de Constâncio, mas sabemos que ela foi uma das mais sangrentas do século.

<sup>5</sup> As estadias de Galo e Juliano são comparadas por este autor em <http://www6.ufrgs.br/ppghist/aedos/ojs-2.2/index.php/aedos/article/view/56/51>.

## Imperador Flávio Cláudio Juliano Contra os Galileus Livro I

Notas de José Baracat Jr.

39A1-49D2

Cesar Lopes Gemelli

[39A] Bom me parece expor, a todos os homens, as causas pelas quais fui convencido de que o engodo dos galileus é invenção de homens [39B] composta por vilania. Nada tendo de divino, tirando proveito da parte da alma que ama o fabuloso<sup>1</sup> e que é infantil e irracional, levou a monstrosidade à fé de verdade<sup>2</sup>.

[41E] Como pretendo tratar de todos os chamados primeiros dogmas, o que desejo dizer primeiro é que os leitores, se de fato quiserem contradizer-me, não devem, exatamente como no tribunal, divagar sobre nada fora do assunto nem, como se diz, fazer a acusação antes que tenham defendido suas próprias opiniões. [42A] Assim, pois, é melhor e mais claro, quando desejem corrigir algo que tenhamos dito, que apresentem o assunto separadamente, mas que, nos temas que defendem de nossas censuras, não respondam com acusações.

[42E] É válido retomar, brevemente, de onde e como nos chegou primeiramente uma noção de deus; depois, comparar as coisas que são ditas sobre o divino pelos helenos<sup>3</sup> e pelos hebreus [43A] e, com isso, perquirir os que não são nem helenos nem judeus<sup>4</sup>, mas são da seita<sup>5</sup> dos galileus, por que escolheram as suas crenças em vez das nossas e, depois disso, questionar por que, com efeito, não permaneceram com aquelas, mas, afastando-se<sup>6</sup> delas também, dirigiram-se para um caminho próprio. Embora não concordem com nenhuma das belas e importantes doutrinas, sejam as oriundas de nós, helenos<sup>7</sup>, sejam as dos hebreus descendentes de Moisés, eles extraem de ambos o que está ligado